

Estados pressionam Senado para pagar menos à União

Secretários da Fazenda querem reduzir de 11% para 7% o percentual de comprometimento das receitas previsto em lei a partir do próximo ano

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — Os secretários de Planejamento e Fazenda dos Estados mais endividados estão pressionando o Senado para que reduza o limite de comprometimento de receita com o pagamento das dívidas estaduais. Uma das atribuições do Senado é legislar sobre as finanças estaduais. Hoje, os Estados são obrigados a comprometer no mínimo 11% da receita líquida para o pagamento da dívida com a União.

A proposta dos secretários é de que este limite caia para 7% e 9% em 1996 e 1997, respectivamente. A maioria dos Estados descumpre a Lei Camata, que limita o gasto com pessoal a 60% da receita líquida. Mato Grosso e Alagoas comprometem toda a receita com a folha de pagamento. "Os dois estão em estado de insolvência e a União terá de fazer alguma coisa", alertou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator do projeto que fixa as regras para as dívidas estaduais.

No encontro que reuniu ontem os secretários de Planejamento de todos os Estados na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o secretário-adjunto de São Paulo, Carlos Luqui, propôs que os senadores criem instrumentos para combater o excesso de gastos com pessoal e com encargos financeiros. Ele também criticou a política de juros altos do Banco Central e revelou que a dívida total de São Paulo é de R\$ 45 bi-

lhões, sendo que R\$ 12 bilhões referem-se à dívida mobiliária (títulos emitidos pelo Estado). Segundo Luqui, nos últimos 11 meses a dívida paulista cresceu R\$ 11 bilhões, principalmente por causa das altas taxas de juros na rolagem dos débitos. "Com estas taxas de juros o saneamento das finanças é inviável."

Outro problema do governo paulista é a folha de pagamento do funcionalismo, que cresce 1% ao mês por conta de vantagens como triênios, anuênios e gratificações. Quando a inflação era alta e havia o ganho inflacionário, este custo era suportável. Mas com a estabilização econômica e a queda da inflação estas despesas tornaram-se insustentáveis.

No Rio, a folha de pagamento cresce 3% ao mês (42% ao ano). "A única saída é a reforma administrativa", defendeu o secretário do Planejamento do Estado, Marco Aurélio Alencar, filho do governador Marcello Alencar (PSDB). O

caso de Santa Catarina é um dos mais graves. O Estado gasta 90,2% da receita líquida com a folha de pagamento e nos últimos meses vem registrando queda na arrecadação, provocada pela recessão.

A crise na agricultura agravou a situação de vários Estados. Mato Grosso, que produziu 13 milhões de toneladas na safra 94/95, deverá colher 4 milhões de toneladas na próxima. "A situação, que já é crítica, ficará pior no ano que vem", previu Bezerra, ex-governador do Estado.

PESO DOS
SALÁRIOS
AFETA
ORÇAMENTOS